



**INSTITUTO DE HUMANIDADES-IH
LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA**

ELIZANDRO FERNANDINHO CÓ

GUINÉ-BISSAU: QUESTÃO DA NAÇÃO E A DIVERSIDADE ÉTNICA

REDENÇÃO

2023



**INSTITUTO DE HUMANIDADES-IH
LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA**

ELIZANDRO FERNANDINHO CÓ

GUINÉ-BISSAU: QUESTÃO DA NAÇÃO E A DIVERSIDADE ÉTNICA

Trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), apresentado como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Luís Tomas Domingos

REDENÇÃO

2023

ELIZANDRO FERNANDINHO CÓ

GUINÉ-BISSAU: QUESTÃO DA NAÇÃO E A DIVERSIDADE ÉTNICA

Trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), apresentado como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADOR: Professor Doutor Luís Tomas Domingos
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

EXAMINADORA: Prof^ª Dr^ª Joana Elisa Röwer
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Examinadora: Professor Doutora Artemisa Candé Monteiro
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Professor Doutor Carlos Subuhana
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

REDENÇÃO, 2023

RESUMO

O presente trabalho discute a formação da nação e a diversidade étnica na Guiné-Bissau, processos e seus desafios atuais. Diferentemente dos padrões conceituais de Estado-Nação como homogêneos, as realidades africanas apresentam características heterogêneas da nação. Historicamente o território guineense comporta uma gama de nações étnicas, e, aquando da presença colonial, essas nações uniram-se num projeto da unidade nacional para se libertar da dominação estrangeira. Essa unidade resultou na formação de um Estado e nação que comunga multiplicidades de nações. Entretanto, esta contribuição busca compreender de uma forma crítica como foi projetado as configurações étnicas no projeto nacional (identidade nacional) nos tempos pós-independência. Também parte do pressuposto que o cenário de luta pelo poder no contexto multipartidarismo abriu novos desafios para o projeto da nação empreendida desde a luta de libertação nacional. As questões abordadas neste trabalho são de cunho bibliográfico, através da revisão da literatura sobre o assunto. E conclui-se que os desafios atuais da nação guineense não estão no complexo da diversidade étnica, mas sim, na falta de políticas concretas do Estado pós-independência em criar uma integração sólida para a nação.

PALAVRAS CHAVES: Guiné-Bissau, diversidade étnica, nação

ABSTRACT

This paper discusses nation formation and ethnic diversity in Guinea-Bissau, processes and their current challenges. Differently from the conceptual patterns of nation-state as homogeneous, African realities present heterogeneous characteristics of the nation. Historically, the Guinean territory comprises a range of ethnic nations, and at the time of the colonial presence, these nations united in a project of national unity to free themselves from foreign domination. This unity resulted in the formation of a state and nation that communalizes multiplicities of nations. However, this contribution seeks to understand in a critical way how the ethnic configurations were projected into the national project (national identity) in the post-independence times. It also assumes that the scenario of the struggle for power in the multiparty context has opened new challenges for the project of the nation undertaken since the national liberation struggle. The issues addressed in this paper are merely bibliographical in nature, through a review of the literature on the subject. It is concluded that the current challenges of the Guinean nation are not in the complex of ethnic diversity, but in the lack of concrete policies of the post-independence state to create solid integration for the nation.

KEY WORDS: Guinea-Bissau, ethnic diversity, nation

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca compreender a formação do Estado-nação na diversidade étnica, os seus contornos e desafios atuais no contexto de luta pelo poder na Guiné-Bissau. O território guineense é composto por um aglomerado de povos e culturas diversificadas, que vivem numa extensão territorial de 36.125 km². É um território que aglutina dezenas de grupos e subgrupos étnicos, fazendo dele rico em diversidade linguística e cultural. Situado na costa africana, o país possui fronteira ao norte com Senegal, com a República de Guiné Conacri, ao sul e leste e com o Oceano Atlântico a oeste. Ao longo da sua história sofreu com a dominação colonial e conquistou sua independência política em 24 de setembro de 1973, sendo reconhecido pelo regime colonial português em outubro de 1974. Segundo a historiografia guineense, para conquistar sua autonomia política, foi preciso uma luta armada de libertação, na qual uniu os povos e movimentos de resistência num só projeto nacional para independência.

Para muitos autores (CARLOS LOPES, 1986, HANDEM, 1989, AUGEL, 2007, CANDE MONTEIRO, 2013), a luta pela independência serviu de base para a construção da nação guineense, e foi o processo que edificou o Estado moderno na Guiné-Bissau inspirada no modelo europeu. Nessa perspectiva, idealizou-se uma nova identidade (Bissau-guineense) após independência baseada no sentimento de pertença a uma comunidade integrada a um poder estatal. Assim sendo, o novo Estado nacional alberga a diversidade dos grupos étnicos sob uma única tutela.

Os períodos que se seguiram pós-independência têm sido marcados por crises, conflitos e golpes de Estado. O certo é que, o país vive em cíclica instabilidade política e governativa, entre problemas de ordens econômicas, políticas até no seu componente estrutural e social, o que tem frustrado o seu desenvolvimento ao longo dos anos. Ultimamente, o problema de cariz étnico tem ganhado proporção enorme no seio guineense, fala-se da instrumentalização étnica para barganhas políticas e fomentação de divisões tribais e religiosas como ferramentas de uso para o acesso ao poder. Este assunto tem gerado debates e divide opiniões na praça pública e nas redes sociais.

Esta pesquisa é motivada, justamente na intenção de tentar compreender os fatores da efervescência dos problemas de cariz étnico na atualidade, e por ser uma temática pouco estudada no meio acadêmico, percebi o quanto este assunto tem constituído a preocupação dos guineenses e me inquietava saber porque, iminentemente as questões étnicas aparecem nos debates públicos numa sociedade que considerava de solidária, de confluência, apesar da diversidade. Contudo, minhas evidências me demonstraram que existe um medo que paira sobre sociedade, um temor que as incitações étnicas e religiosas tragam conflitos sérios para o país, à

revelia do que aconteceu em Ruanda. No entanto, a escolha deste tema, vem na sequência da busca pela raiz da formação de um Estado baseado na diversidade, interrogando o seguinte: como constituiu o Estado-nação mediante a diversidade étnica? Como as estruturas étnicas foram incorporadas no novo Estado, uma vez que tinham suas estruturas políticas? Que interpretação se dá ao Estado-nação na diversidade no contexto democrático que se vive?

Este estudo pretende investigar a formação do Estado nacional na Guiné-Bissau, observando as diversidades étnicas como componente analítico na interpretação do Estado-nação guineense e sua compreensão no cenário de disputa pelo poder. Para alcançar esse objetivo, privilegamos a pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, com o aprofundamento nos artigos, teses e dissertações, principalmente dos autores guineenses que debruçam dentro dessa perspectiva. Além disso, o artigo é apoiado na nossa evidência empírica da realidade social e política guineense.

O trabalho está estruturado em seguintes seções: primeiro traz a compreensão do conceito de Estado-nação e suas formulações concebidas no modelo europeu, adotadas pela maioria dos Estados africanos após a libertação da dominação colonial. Na segunda seção, aborda a configuração de nações (etnias) e o processo fundante da identidade Bissau-guineense, nela destaca-se o papel dos *crioulos* e a luta armada pela independência. Na terceira e última seção, discutiremos a complexa relação da democracia guineense e a diversidade étnica.

2- ESTADO-NAÇÃO COMO CONCEITO

É um consenso entre os estudiosos das ciências sociais que o conceito Estado-nação é uma construção histórica formulada a partir da modernidade europeia ocidental para o resto do mundo. Sua definição preconiza, entre várias acepções, a ideia da homogeneidade dos grupos humanos, organizado em comunhão pela língua, cultura comum, história partilhada dentro dum espaço geográfico promovendo solidariedade entre os seus membros. Nesta seção trago algumas reflexões que permeiam o debate sobre o conceito nação formuladas por diferentes teóricos privilegiando a concepção da comunidade imaginada e comunhão de destino.

No que diz respeito à concepção da nação como comunidade imaginada, Benedict Anderson (2008, p.14) considera a nação como uma “comunidade politicamente imaginada” - e como politicamente limitada e soberana. Segundo o autor, a nação é *imaginada* porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria dos seus compatriotas, embora a comunhão esteja presente em suas mentes. É soberana, porque a nação surgiu quando o Iluminismo e a Revolução Francesa destruíram a legitimidade do reino dinástico hierárquico, divinamente instituído, e as nações desejavam ser livres, e a segurança e o símbolo dessa

liberdade era o Estado soberano. Por outro lado, é limitada porque possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, e nenhuma nação é coextensiva com a humanidade.

Segundo Candé Monteiro (2013), o que sustenta a visão de Anderson sobre nação, é uma linha de continuidade histórica que medeia a memória e o esquecimento. Isto significa grandes lembranças de contribuições históricas e esquecimento das diferenças identitárias entre os povos que estão em conflito. Segundo Anderson, o desenvolvimento da Estado-nação como comunidades imaginadas foram instigados consideravelmente pela interação entre capitalismo e imprensa e a criação de línguas vernáculas nos primórdios da Europa moderna.

De acordo com Anthony Smith (2000) citada por Candé Monteiro (2013), as nações são criadas na imaginação histórica e sociológica, através da identificação com os heróis comunitários, pois uma nação seria a mediação entre o passado e o presente, ancorada no desejo de conquistar a soberania e fortalecer por uma rede de solidariedade criada pelo sentimento dos resultados satisfatórios feitos para atingir esse objetivo.

Na perspectiva de Max Weber (1963, p.202), a nação é um sentimento específico de solidariedade que certos grupos de homens têm frente aos outros grupos, mas não há consenso sobre como esses grupos devem ser delimitados ou quais ações concretas devem surgir como resultado dessa solidariedade. Portanto, Weber considera que a noção de "nação" pertence à esfera dos valores. O que fica patente nesta concepção de Weber, é a noção de uma origem comum e uma semelhança no modo de ser, ou de possuir ideias comuns. O que leva a acreditar que existem várias fontes que alimentam o sentimento de comunidade étnica da nação.

Nesta esfera de valores, Stuart Hall enaltece o sistema de representações culturais como algo que produz sentido e reconhecimento dos membros numa comunidade. E os cidadãos, que fazem parte deste sistema de representação, compartilham a mesma cultura nacional explicando o poder da nação na geração de sentimento de identidade e lealdade por meio de sua cultura (HALL, 2005, p. 49).

Para os olhos de Otto Bauer (2000), a nação é vista como um grupo de pessoas com características comuns formadas por motivos afetivos, o que tornaria a nação a comunidade do destino ou comunhão de destino. Em outras palavras, através desta comunhão do destino, impregnada essencialmente no caráter nacional dos seus membros em constante interação que vai produzir a nação. Segundo este autor,

O fato de a nação não ser produto de mera semelhança de destino, mas brotar da comunhão de destino e consistir nela, na constante interação dos que partilham esse destino, é o que a distingue de todas as outras comunhões de caráter. Assim a nação

pode ser definida como uma comunhão de caráter que brota de uma comunhão de destino, e não de uma mera semelhança de destino (BAUER, 2000, p. 57-58).

Outrossim, Marcel Mauss (1972, p.286) descreve a nação como “uma sociedade material e moralmente integrada, com poder central estável e permanente, com fronteiras bem determinadas, com relativa unidade moral, mental e cultural de seus habitantes, que respeitam o Estado e as suas leis”. Mauss, considera que a existência de um poder central e a existência de um Estado e suas leis garantem uma nação. Neste contexto, uma "nação" adquire autoconsciência por meio de rituais e celebrações, expressa pela noção de pátria, representada por emblemas, estabelece fronteiras militares seguras, sente revolta em caso de derrota e resiste a invasões (MAUSS, 1972 apud MONE, 2014).

Outro importante teórico que se destaca na discussão sobre assunto é Ernest Renan (2000), ele definiu a nação como princípio espiritual do legado comum de lembranças, da qual resulta a posse em comum de um rico legado de memórias, o desejo de viver em conjunto e a vontade de perpetuar, de uma forma indivisível, a herança do que se recebeu. Segundo o autor, uma nação manifesta-se através do espírito de solidariedade, seja do sofrimento e da sua vontade de ficar juntos.

Uma nação é uma grande solidariedade, criada pelo sentimento dos sacrifícios que foram feitos e daqueles que se está disposto a fazer no futuro. Ela pressupõe um passado, mas resume-se no presente num fato tangível, no consentimento, no desejo claramente expresso de continuar a viver em comum. A existência de uma nação é um plebiscito realizado a cada dia, assim como a existência do indivíduo é uma perpétua afirmação da vida. (RENAN, 2000, p. 188).

Nesta mesma lógica, o Eric J. Hobsbawm (1990) vai definir a nação como a comunidade de pessoas que vivem em um estado sob o mesmo governo ou regime com interesses comuns, uma coletividade de pessoas com tradições, aspirações e interesses comuns e são subordinadas a um poder central que garante a unidade do grupo. Por outro lado, Hobsbawm (2016) observa que não há padrões que possam ser usados para distinguir uma nação de outros tipos de coletividade humana. O autor acredita que é precisamente essa falta de distinção que distingue nação, o fato de ser uma coletividade distinta. Na realidade, um conceito estático não é suficiente para refletir a natureza dinâmica de um grupo social. Sendo assim, Hobsbawm define o país como uma coletividade humana que se identifica como tal (HOBSBAWM, 2016 apud SOUSA, 2020).

Com toda essa conjuntura de definições, o que se pode dizer da nação é que ela é pensada e imaginada conforme o contexto sócio-histórico e político, pois várias nações tendem

a surgir numa conjuntura específica com suas características próprias que o diferem das outras nações, como as nações africanas.

2.1- ESTADO-NAÇÃO NA ÁFRICA

De acordo com Carlos Cardoso (1996), o conceito de nação na África está intimamente ligado aos movimentos nacionalistas que, ao terem decidido lutar pela independência, engendraram na ordem do dia a libertação nacional. O termo não deixava de encerrar ambivalências e, mais do que expressão de uma realidade, refletia uma ideologia, um sonho.

A virada exponencial da geopolítica internacional após a segunda guerra mundial, impeliu uma série de mudanças significativas tanto nos países da Europa, África, Ásia e América. No caso africano, este período contrasta com o desenvolvimento do nacionalismo africano, em várias partes do continente, pois na década de 50 proliferaram movimentos nacionalistas almejando independências dos povos que estavam sob domínio colonial (MONTEIRO, 2013). Ao mesmo tempo que os ideais desses movimentos eram influenciados pela ideologia do pan-africanismo e de negritude que procuravam resgatar a identidade cultural dos povos colonizados, ansiavam também a construir um Estado nacional. Ou seja, tinham como metas a libertação e a independência dos povos colonizados contra todo tipo de colonização cultural, econômica e política, segundo a construção de um Estado verdadeiramente nacional que visa à integração nacional de todos os grupos étnicos sem distinção cultural (MONTEIRO, 2013, p.60). Essa concepção estava atrelada a construção de uma cultura nacional em que as diversidades seriam atravessadas pela nova lógica homogeneizante.

Contudo, segundo Hobsbawn (1990), o nacionalismo ocidental serviu como modelo teórico para esses movimentos de libertação nacional no terceiro mundo. No entanto, na prática, os estados que se propuseram a construir foram à maioria das vezes o oposto do modelo de estado-nação ocidental de grupos etnicamente e linguisticamente homogêneos. Sendo assim, os Estados nações em África é caracterizado por sua heterogeneidade do ponto de vista étnico, linguístico e cultural.

Dada essa heterogeneidade étnica, linguística e cultural, muitos estudiosos tendem a caracterizar a construção do Estado-nação na África como frágil e problemático, além disso, a conjuntura da diversidade é tratada de uma forma negativa. Para Sousa (2020) a retórica da multietnicidade como fator de conflito nos Estados africanos pós-coloniais, uma vez que a colonização teria criado fronteiras artificiais desrespeitando as fronteiras étnicas, é um pouco

problemática e instrumentalizada pela história. Ela argumenta que os Estados africanos pré-coloniais já eram por si só multiétnicos, da mesma forma como eram e são os Estados europeus.

Ou seja, o que difere os dois contextos, é que os Estados europeus ao longo do seu processo de constituição englobaram em sua jurisdição grupos populacionais de diferentes origens etnolinguísticas, aplicando muitas vezes políticas homogeneizantes, principalmente no que dizia respeito à educação para impor o predomínio de sua língua sobre as demais (SOUSA, 2020, p.47). A preocupação de Sousa cinge em demonstrar que os Estados africanos não são, de fato, etnicamente uniformes, tampouco são os Estados europeus. Isto quer dizer que a forma do Estado-nação não prevê nem demanda a uniformização. Mas, segundo ela, o problema está no fato de que a História que se produziu e se produz sobre África tem insistido nessa característica para argumentar pela inviabilidade dessas estruturas africanas enquanto Estados nacionais (SOUSA, 2020).

Importa lembrar que o modelo europeu não foi a única inspiração para a formação dos países africanos. Trata-se de um Estado híbrido que mantém tanto as características do Estado colonial quanto as características das crenças próprias dos africanos. Isso torna o processo de estabelecimento do Estado-nação africano bastante complicado. Na arguição de Sousa, ela aponta para a necessidade de olharmos para além dos conflitos étnicos, porque o problema da construção do Estado-nação na África não está em si na sua etnização, pois os Estados africanos já eram multiétnicos antes da colonização, o problema está na própria forma do Estado-nação e na sua constituição.

Quem se alinha na mesma perspectiva é o Trajano Filho (2005), este autor defendia que os processos de construção nacional que ocorreram nas nações africanas que se libertaram do colonialismo não foram totalmente baseados no modelo europeu ou em versões idealizadas dos nacionalismos locais. Por outro lado, suas trajetórias, bem como suas deficiências, foram examinadas usando o modelo criado para explicar os processos de construção nacional e os nacionalismos europeus. É como se as Ciências Sociais tivessem perdido a capacidade de conceituar outras maneiras de expressar a nacionalidade, universalizando o conceito de nação.

Conforme argumenta,

A carência de imaginação sociológica por parte de sociólogos, antropólogos e cientistas políticos tem feito com que os estudos sobre a questão da construção do estado nação em África realcem com uma frequência instigante a natureza incompleta, a parcialidade, ausência, dificuldade e, entre os mais etnocêntricos, a inviabilidade do processo de construção nacional no continente, numa clara continuidade com as idéias coloniais sobre a inferioridade africana (TRAJANO FILHO, 2005, p.105).

Segundo o mesmo autor, observa-se constante argumento na literatura sobre África pós-colonial que o processo de construção da nação enfrentará muitos desafios e obstáculos devido a forças integrativas que são mais restritivas do que a nação, como língua, religião e, o mais debatido é a etnicidade. Pelo que colocam o processo de construção nacional na África como incompleto, ou parcial. Essa forma de análise e compreensão é o produto de uma história na qual estimula a existência de uma trilha obrigatória que uns passaram e outros ainda não de passar.

Por isso, a compreensão do processo de construção das pertencas sociais na África é dificultada por um conceito teórico que visa a universalidade. Isso obscurece o que não está presente na experiência histórica europeia e no modelo teórico. Para Trajano Filho (2005), de fato, uma das questões premente para os países africanos é a construção de um sentimento nacional que integre diferentes grupos do país numa comunidade de sentimento.

Estados nacionais criados em pós-independências nos países africanos desviaram dos ideais nacionalistas, ao contrário, expandiu a burocracia e contribuiu para perpetuar o estilo de vida das classes urbanas sem realizar esforços para a integração da massa de camponeses do país, o que inviabiliza ou dificulta, segundo o modelo clássico, a construção da nação (TRAJANO FILHO, 2005). No caso da Guiné-Bissau, como afirma Trajano Filho, o novo Estado após a independência enfrentou desafios para criar instituições eficazes que pudessem acolher e integrar os grupos, promover o mercado de trabalho e a participação política.

2.2- GUINÉ-BISSAU E SUAS NAÇÕES

Como sublinha Lepri (1989) citado por Cardoso (1996) a Guiné-Bissau atual é o produto de duas influências importantes: uma recebida dos Mandingas, a partir dos séculos XII e XIV, e dos Fulas, a partir do século XIV, ambos islamizados (desde os sécs. XII e XIII) pelos árabes almorávidas; outra, diz respeito à influência dos portugueses, mais marcada a partir dos séculos XIX e XX. Segundo Carlos Cardoso (1996, p.71) como parte do continente, atual Guiné-Bissau, “emerge de um longo e conturbado processo de confluência de grupos com culturas e identidades diversas, que ocupam o mesmo território e espaços, entre conflitos internos e alianças, antes, durante e depois da colonização portuguesa”.

René Pelissier (1989) lembra que, desde o princípio que se sabe que a Guiné costeira foi um refúgio de inúmeros povos recalcados por diferentes invasões. Daqui resulta um mosaico étnico - um Babel negra - de uma complexidade de enlouquecer. É tanto mais assustadora quanto, em consequência de migrações internas e externas e de assimilações ou destruições que se deram ao longo dos tempos. Nesta dinâmica, Jao (1995, p.29) assegura que

“os antepassados da gente que habita hoje a Guiné-Bissau deviam ter vindos todos algures da Sara, onde viveram em contatos e comunhão de ideias uns com os outros”.

Muito antes da presença europeia, esta região da costa africana, é considerada um espaço de cruzamento de diferentes grupos étnicos. Para Carlos Lopes (2005) “o Kaabu foi um Estado unificador de várias etnias da região e os seus diferentes espaços de influência abrangeram a cultura de toda esta vasta planície do Sudão Ocidental”. Ainda Lopes assegura que o atual território da Guiné-Bissau, maioritariamente, pertencia ao antigo reino de Kaabu que era subsidiário do Império de Mali, da qual herdou o seu modelo político-administrativo, baseado na descentralização das tarefas administrativas entre províncias e em diferentes níveis. A tradição de Mali chegou a todos os recantos devido à superioridade política dos Mandingas, assegura Lopes.

Conforme Santy (2017) o Kaabu submetia muitos povos ao poder de mande, e, os que não se submetiam, suas relações tornariam mais agressiva com a chegada dos portugueses, a partir do século XV, isto devido à relação comercial que estes estabeleciam com os portugueses (comércio de escravo). Nessa lógica, para Santy, isso explicaria a concentração dos povos não mande na ocupação da região litoral da atual Guiné-Bissau. Toda essa influência contribuiria para a explicação do atual espectro social e cultural deste pequeno país que é a Guiné-Bissau.

A configuração dos povos da Guiné-Bissau dá conta de um mosaico de identidades, culturas diversas e heterogêneas. Os estudos divergem quanto ao número exato dos grupos étnicos existente no território, mas estima-se mais de trinta (30) grupos étnicos espalhados em diferentes regiões do país, compreendidos conforme sua importância numérica: Balantas (27%), Fulas (22%), Mandingas (12%), Manjacos (11%), Papeis (10%) e outros (18%), (MONTEIRO, 2013, p.91). Também é possível dimensionar o percentual dos grupos por regiões:

No que diz respeito à percentagem dos grupos étnicos por região, a capital Bissau é a que concentra o maior mosaico étnico e cultural do país. Os grupos étnicos mais numerosos da capital são os Balantas, com 19.8%, seguidos pelos Papeis, com 17,6%. Na região de Bafatá, os grupos étnicos mais numerosos são os Fulas: 58,5%, seguidos pelos Mandingas: 23%. Na região de Gabu, os Fulas são a maioria: 77.1%, a seguir vêm os Mandingas: 17%. Na região de Biombo, os Papeis ocupam a primeira posição: 72%, seguidos pelos Balantas, 19.8%. Na região de Cacheu os primeiros são Manjacos: 41,7%, seguidos pelos Balantas: 26,7%, depois pelos Felupe: 11,8%, e Mandingas: 8,6%. Na região de Oio, os Balantas ocupam o primeiro lugar: 48%, seguido pelos Mandingas: 31%, e pelos Fulas: 9,5%. Na região de Bolama-Bijagós, os Bijagós são os grupos étnicos mais numerosos: 57,6%, seguido pelos Mancanhas: 8,2%, o restante saldo percentual é dividido entre seguintes grupos étnicos: Papeis, Beafadas, Balantas, Mandingas, Manjacos. Na região de Quínara, apesar de ser o território dos Beafadas, 29,2%, os grupos étnicos mais numerosos nela são os Balantas 41,2%, restante saldo percentual é dividido entre seguintes grupos: Fulas, Papeis,

Mandingas, Bijagós, Manjacos, etc. Finalmente, na região de Tombali, os Balantas ganham predominância: 48,7%, embora a história do povoamento desta região confira a este grupo o estatuto de imigrante, em busca de terra fértil para cultivo. A seguir, vêm os Fulas, com 17%, os Beafadas, com 5,3%, os Papeis, com 2,5%, os Manjacos, com 2,0%, e os Bijagó, com 1,4% (INEC, 1991, NAMONE, 2014, p.17).

Nota-se que cada região do país apresenta uma certa predominância de um grupo étnico, sendo a capital Bissau a zona de confluência entre esses grupos. Augel (2007, p.87) postula que a demarcação dos espaços entre os grupos étnicos é feita de forma simbólica, longe da estrutura organizativa do Estado. Portanto, são considerados donos de *tchon* (chão) os primeiros a ocupar uma determinada região.

Para Amona (2020, p.36), o *tchon* (chão) é uma categoria representativa do território étnico, na qual serve para localizar os espaços identitários de diferentes grupos, pois é um elemento essencial para o entendimento das identidades na Guiné-Bissau. Ainda este autor vai mais longe quando afirma que *tchon* “expressa a relação simbólica e sagrada entre os grupos étnicos e o seu território de residência”. As regras do *tchon* são tão importantes que a convivência no mesmo espaço com indivíduos de outras comunidades étnicas é condicionada ao respeito e ao cumprimento das mesmas (SANTY & VALENCIO 2017, p.48).

É importante frisar que esta diversidade de grupos contribui para a caracterização de um país muito rico na sua diversidade cultural, nas suas diferentes e múltiplas expressões linguísticas, artísticas, etc. Cada grupo possui sua dinâmica organizativa interna, seus usos e costumes, assim como, a sua língua própria. Amílcar Cabral compreendia a sociedade guineense mediante dois moldes sociais: horizontais e verticais. A sociedade vertical, compõem grupos com característica política que possuem modelo de poder estatal, exemplo, mandingas, fulas, manjacos, papeis, por outro lado, os grupos com estrutura horizontal de poder — balantas, felupes e baiotes, entre outros — e eram consideradas sociedades horizontais (LOPES, 1986).

Todos esses grupos sociais, nas quais aqui, denomino de nações étnicas da Guiné-Bissau, são sociedades organizadas e estruturadas com seus territórios demarcados simbolicamente que se autoidentificam por meio de vínculos que elas mesmas produzem e reproduzem. Com a presença colonial na Guiné-Bissau influenciou muito as dinâmicas relações no espaço e no tempo. Ki-Zerbo (2006) assinala que a colonização do continente interrompeu o curso da história da África, fato que mudou profundamente suas dinâmicas sociais e políticas, sobretudo em relação ao poder. A divisão arbitrária do continente na conferência de Berlim (1884-85) pelas potências imperialistas, expressa, exatamente a desintegração dos povos sem, contudo, respeitar os direitos dos autóctones e suas fronteiras étnicas e culturais (MONTEIRO, 2013). Não só traçaram uma linha divisória, mas também, separaram nações e famílias que

viviam segundo suas limitações territoriais. Assim sendo, colocaram povos diversos a conviverem sob mesmo território através da nova linha fronteiriça feita de acordo com interesses colonialistas.

Nesta perspectiva, o novo mapa geográfico saído da conferência aglomera uma vasta diversidade de nações que habitam hoje no território da Guiné-Bissau. No entanto, essas identidades heterogêneas, num passado recente, coabitaram para o nascimento de outra identidade que hoje se chama de “nação guineense” (identidade nacional) por meio da luta de libertação nacional travada contra o regime colonial português.

Hoje considera-se que além das nações étnicas, existe uma identificação com “nação” no sentido da identidade nacional (guineense) assumido na referência ao Estado-nação empregados com norma jurídica internacional. Os indivíduos identificam-se pela sua identificação étnica ou pela sua referência à nação guineense. Portanto, como afirma Cardoso (1996), a etnicidade ainda constitui uma realidade incontornável na Guiné-Bissau, e os grupos étnicos continuam a ser entidades com uma afirmação própria, isto é, com uma cultura, um modo de estruturação política e uma organização econômica que lhe são próprias.

2.3- O NASCIMENTO DA NAÇÃO GUINEENSE E O PAPEL DOS CRIoulos

Foi preciso uma conscientização massiva de diversas franjas e camadas da sociedade para o nascimento de uma nova identidade, isto é, identidade nacional. Nesta empreitada, destacam-se os grupos dos crioulos na projeção do ideário da libertação dos povos da Guiné. De acordo com Carlos Ribeiro (1989) compreender a formação da nação guineense requer a compreensão dos *crioulos*, porque é neles que reside o eixo embrionário e toda sensibilidade política da nação guineense em formação que será projetado na luta pela libertação nacional.

Os *crioulos* entendem-se como:

todos os indivíduos que durante o período da Senegâmbia pré-colonial (que vai do séc. XV a meados do séc. XIX) nasceram e/ou viveram nas praças ou presídios portugueses. Falavam a língua crioula que, na altura, se encontrava em fase embrionária, e possuíam traços culturais que traduziam em mistura entre a componente cultural europeia presente nas praças e as componentes culturais africanas circunvizinha às praças (RIBEIRO, 1989, p.221).

Da sua proveniência, Ribeiro afirma que uma parte dos crioulos é oriundo de Cabo Verde (trabalhadores, militares, comerciantes ou degredados), a outra parte teve origem nas sociedades locais. Sendo o resultado de contatos euro-colonial com o componente étnico-africano que resultaram da mestiçagem, tanto a nível biológico como cultural. São habitantes de praça (centros urbanos) e são normalmente distinguidos de alguma forma como indivíduos

que se distanciam das populações étnicas de tabancas (RIBEIRO, 1989). Segundo o autor, este grupo “historicamente, foram designados das mais variadas formas: ‘lançados’, ‘grumetes’, ‘cristãos da terra’, ‘brancos da terra’, ou ainda ‘filhos da terra cristãos’...” (RIBEIRO, 1989, p.233).

Geralmente estes grupos de indivíduos adquirem condições de civilizados ou assimilados por conseguirem provar o grau de assimilação à cultura portuguesa e viviam à margem de uma identidade cultural luso-africana com certo grau de escolaridade. Segundo Ribeiro (1989), o grupo dos crioulos desempenharam um papel indispensável na ocupação efetiva da Guiné por parte dos portugueses, ou seja, acredita-se que sem a existência de camadas crioulas, que já nos séculos XVII e XVIII, se encontravam vinculados a praças e presídios¹, não teria sido possível Portugal transitar de estágio comercial para um estágio da dominação efetiva do território, na virada do século XIX para o XX.

Ribeiro realça que, ao longo dos tempos, os crioulos viviam com base nos seus interesses, oscilando-se entre o apoio ao poder político local dos régulos e o apoio aos portugueses assim que se aperceberam da mudança de dinâmica do poder. “Este jogo político ambivalente dos crioulos permite compreender, implicitamente, que a aliança e lealdade política dos crioulos estavam em função da estabilidade e dos ganhos da parte de quem eles poderiam esperar esta garantia por um determinado período” (TÉ, 2020, p.64).

Conforme descreve antropólogo Wilson Trajano Filho (2016, p.915) os grupos dos crioulos (sociedade crioula) é caracterizado por gente de descendência mista, com laços orgânicos e íntimos com as sociedades africanas que circundavam essas povoações e com os mercadores e administradores portugueses e cabo-verdianos que comerciavam em África ou serviam nessas fortificações. Eles coordenavam o comércio intersocietário, intermediando relações e interesses dos chefes e régulos africanos, dos traficantes euro-americanos e do pequeno núcleo de funcionários e militares portugueses que representavam nominalmente o governo das praças. Para este antropólogo, diacronicamente é possível dimensionar a variabilidade de dominação da sociedade crioula em três períodos históricos,

O primeiro momento coincide com o início do processo de crioulização nas *praças* fortificadas dos rios da Guiné no final do século XVI e vai até o fim do comércio atlântico de escravos em meados do século XIX. Neste período, a sociedade crioula tinha como elemento constituidor as *Gãs* – casas patrimoniais encabeçadas por comerciantes portugueses e luso-africanos que incorporavam como aderentes, dependentes e clientes os indígenas recém-chegados às *praças* crioulas (chamados até o início do século XX de *grumetes*) e membros das famílias de notáveis das sociedades indígenas. Relativamente autônoma e completamente envolvida nas relações de troca

¹ Presídios mencionados refere-se a guarnição de uma praça de guerra.

que tinham no tráfico atlântico de escravos o seu eixo central, a *Gã* crioula era constituída por meio de laços de sangue, casamento e residência e um *kit* completo de relações clientelísticas. Como um grupo corporado de parentesco bilateral, ela articulava o comércio inter-societário, mediando as relações e os interesses dos chefes e régulos africanos, dos traficantes euro-americanos e do pequeno grupo de funcionários e militares portugueses que exerciam nominalmente o governo das *praças* [...] O declínio do tráfico atlântico e a implantação, por volta de 1840, das plantações de amendoim marcam o início do segundo momento histórico, no qual a sociedade crioula assume a forma de um grupo de elite. A partir deste momento, a unidade básica da sociedade crioula deixou de ser os grupos corporados de parentesco bilaterais e passou a ser a *praça* crioula diversificada, mas englobada por uma elite que se distinguia da massa de *grumetes* por meio de uma mística da exclusividade. Os principais traços criadores de sua exclusividade eram uma etiqueta linguística que valorizava o uso da língua portuguesa, os valores cristãos como a caridade, o uso e a posse de dinheiro e um estilo de vida ou formas de sociabilidade que, supostamente, a ligava a um Portugal imaginário. Porém, nem a metrópole portuguesa impotente e distante nem a ideia abstrata de uma comunidade cristã podiam ancorar por muito tempo um projeto de identidade crioula para essa elite, pois eram instituições muito distantes da vida cotidiana nas *praças* guineenses. A vida social continuava a gravitar em torno do comércio, os meios de produção e as forças produtivas ainda permaneciam nas mãos dos chefes indígenas locais, que tinham completo controle dos territórios que governavam. [...] Neste contexto de crescente presença europeia nas *praças* guineenses, a elite crioula, pequena e isolada, precisava de uma moldura encompassadora para basear seu projeto identitário. As duas primeiras décadas do século XX representaram um período histórico de transição e de mudança. A autoridade portuguesa foi plenamente estabelecida na Guiné após dois triunfos estratégicos: as vitórias militares contra as sociedades indígenas que resistiam à ocupação de seus territórios e se recusavam a pagar o imposto de palhota e a vitória política sobre os luso-africanos educados da Liga Guineense, que aspiravam mobilizar os seus dependentes – os *grumetes* da periferia crioula – em apoio à causa do desenvolvimento e da relativa autonomia administrativa da Guiné Portuguesa, de modo a que manter o prestígio que eles até então desfrutavam (TRAJANO FILHO, 2016, p.917-919).

Com a autoridade portuguesa estabelecida através da ocupação efetiva e estabelecimento de administração colonial, marcaram novas relações e, os espaços de influência dos crioulos reduziram consideravelmente, estes viram seus projetos e interesses sendo prejudicados. Segundo Trajano Filho, é justamente neste momento que a sociedade crioula já não mais se percebia como uma elite homogênea que representava localmente os valores e interesses portugueses, a categoria híbrida de identificação “Guiné Portuguesa” começou a ganhar ascendência sobre outras.

Neste contexto, a própria sociedade crioula começou a elaborar projetos aparentemente hegemônicos para si, enfatizando duas dimensões da ideia de unidade na diversidade.

A primeira dimensão a representava como uma totalidade heterogênea ancorada em um espaço mais amplo do que as praças, um espaço coincidente com o território da colônia que gradualmente se tornava integrado. A imagem espacial dessa totalidade englobava todos os aglomerados crioulos bem como os espaços não urbanos das pontas e dos entrepostos comerciais do interior [...] Passou a predominar a ideia de uma pluralidade formada por grupos diferenciados, mas ligados uns aos outros por uma identidade comum, por uma língua, formas de sociabilidade e uma história própria, mas por interesses muitas vezes conflitantes. Mas, numa segunda dimensão, tratava-se de uma totalidade subordinada lógica, social e politicamente – uma Guiné

que era englobada pela categoria Portugal, que a partir do fim do regime monárquico em 1910 se fez ali presente como nunca dantes havia feito. E mesmo assim este foi um projeto derrotado (TRAJANO FILHO, 2016, p.920).

Conforme explica Trajano Filho (2016), a ideologia colonial e a cultura política então em vigor na metrópole republicana não ofereceram, por algum tempo, espaço para a afirmação de uma diferença legítima, pois a sede civilizadora e cristianizadora portuguesa pretendia a tudo incorporar e mudar, a tudo tornar português. Mas salienta que, a debilidade da potência colonial não conseguiu mais do que hibernar os projetos de autonomia, que renasceram revigorados nos anos 50. Desde então, os períodos de 1950 constitui o marco histórico de construção de projetos identitários (na perspectiva da nação) dominado pela hegemonia crioula. Foi no seio da sociedade crioula para o seu devir que emergiram o projeto nacional. Para através dele, ela se reproduziria de modo relativamente autônomo, se livrando da subordinação extrema a que fora submetida pelas poucas décadas de regime colonial efetivo na Guiné, argumenta (TRAJANO FILHO, 2016, p.934).

Artemisa Candé Monteiro (2013) havia ressaltado na sua tese que, pelo anseio a participação e integração na sociedade política administração do país, foram estes indivíduos da sociedade crioula, denominados de (assimilados, civilizados, grumetes, mestiços, funcionários administrativos e pequenos comerciantes) que outrora eram privilegiados pelo colonialismo português, viabilizaram o projeto da independência política através da criação de movimentos de resistência nacionalistas nos anos 1950. Na sequência argumenta que, o maior interessado na independência da Guiné era constituído por essa camada social e intelectual oriundos de centros urbanos, buscavam a autonomia, liberdade e soberania do território.

Segundo Didier Té (2020, p.71) o que se sabe é que foi a mesma elite emergente no contexto de troca comercial (constituída pela camada social crioula), que esteve à testa da direção intelectual do movimento nacionalista guineense (PAIGC), sendo a direção militar liderada por grumetes. E são as mesmas elites que conduziram o Estado novo após a independência.

O PAIGC, segundo as narrativas oficiais, foi fundado em 1956, entretanto consolidado em 1960 (SILVA, 2006) liderado por Amílcar Cabral, constituído pela pequena burguesia crioula, com uma forte influência teórica acentuada no marxismo-leninismo. Segundo Candé Monteiro (2013) em meio de vários movimentos nacionalistas na época como (FLING, MING, MLG entre outros), disputavam o protagonismo pela liderança da mobilização para a independência. Mas foi o projeto de PAIGC postulado na unidade e luta, ancorado na ideia de unidade entre os filhos da Guiné e unidade Guiné e Cabo-verde, guiado pela política de unidade

africana, que encabeçou a organização política da luta de libertação nacional. De frisar que tal unidade foi alcançada graças a várias negociações entre os movimentos e, ela é repleta de conflitos e contradições.

3- NASCIMENTO DE NAÇÃO NA LUTA

O exposto na seção anterior oferece-nos uma leitura da emergência dos grupos projetores ou idealizadores do projeto da nação na Guiné-Bissau. Um dos destacados e renomados líderes do projeto foi o Amílcar Cabral conhecido como pai da independência de Guiné e Cabo-Verde. Amílcar Cabral (1974), descreveria a Guiné como uma ‘nação a ser forjada na luta’, tendo como pressuposto básico a unidade de diversos grupos étnicos para formação de um novo Estado nacional livre da dominação.

Ao descrever o processo fundante da nação guineense, Diana Lima Handem (1989) ressalva que é no terreno social de divisão e a manipulação das diferenças culturais das populações fechadas na dita Guiné-Portuguesa, terreno gerado pelo colonialismo, que o PAIGC vai tentar construir a nação. Porém, para ela existe um paradoxo com relação à legitimidade do PAIGC na reivindicação de uma luta de libertação nacional para um espaço onde não existia uma nação (guineense). Questiona: como se podia desencadear uma luta nacionalista sem existência de uma nação? Quem se reconheceria como guineense? Segundo ela, essa noção era de facto inexistente não só em matéria de identidade nacional como em termos da legitimidade histórica e territorial (HANDEM, 1989, p.269).

Contudo, a existência do paradoxo se justifica a legitimidade do PAIGC, do ponto de vista tanto político como histórico na condução da ação de luta de libertação nacional, uma vez que, com a presença e dominação colonial que perdurou 500 anos tem gerado nas populações ditas tradicionais, a aspirações de liberdade e resistência contra o regime colonial, dando assim a possibilidade de uma unidade interna.

Recorda Handem, o apelo à insurreição de todos os filhos da Guiné lançado pelo PAIGC e a vontade de se libertar da dominação por parte dos indivíduos pertencentes a diferentes facetas da sociedade a partir dos anos 50 constituíram alicerces reais do edifício da nação. Argumenta,

É desta unidade, baseada numa vontade comum de libertação do jugo colonial, que vai nascer a luta e é desta luta que nasce a consciência nacional, compreendida como sentimento de pertença a uma comunidade que ultrapassa as fronteiras étnicas, ou seja, uma comunidade pluriétnica (HANDEM, 1989, p.270).

O movimento de libertação conseguiu desencadear a difícil transformação da sociedade pluriétnica, que caracteriza Guiné dita portuguesa, numa nação guineense. Ora, “foi um impulso que levou as diversas etnias a convergirem para uma consciência nacional, que as levou a misturar-se numa interação visando a formação de uma contra-sociedade oposta ao Estado colonial” (HANDEM, 1989, p.273).

Nessa articulação, Handem destaca que um dos marcos importantes no esforço da edificação da nação guineense foi a realização do *Congresso de Cassaca*² em 1964, que marcou uma etapa muito essencial na vida política do Partido. Neste congresso foram criadas estruturas políticas, administrativas, instituições de educação, as forças armadas revolucionária do povo (FARP) nas regiões libertadas, integram assim indivíduos de diferentes grupos étnicos e camadas sociais (HANDEM, 1989). Estas estruturas têm contribuído para a produção da solidariedade entre os indivíduos de origem diversa e criação de consciência nacional ou da pertença a uma comunidade.

Segundo Carlos Cardoso (1996), os movimentos de libertação nascente, não só preconizavam a libertação dos países do jugo colonial, mas ambicionavam construir igualmente Estados-nações que, ao nível interno fossem suficientemente coesos e à altura de diminuir as chances de toda espécie de aproveitamento de solidariedade étnica, e, no plano internacional capaz de afirmar como uma entidade soberana face a outros Estados-nações.

A luta de libertação representou uma ruptura com um tipo de nação até aqui preconizado pelo poder colonial e abre um novo capítulo no processo de unidade da população da Guiné. Em outras palavras, não restam dúvidas que a luta de libertação conduzida pelo PAIGC tenha contribuído decisivamente para aproximar as diferentes etnias, nomeadamente através da cooperação que tal empreendimento acarreta, e do desenvolvimento de um veículo de comunicação privilegiado, neste caso, o crioulo³ (CARDOSO, 1996, p.92-93).

O esforço da conjugação das resistências étnicas numa luta unificada para libertação do jugo colonial, projetaram a ideia de construir algo em comum, onde o movimento de libertação se constituiria como símbolo da edificação da nova nação. Portanto, o emprego da palavra unidade nacional seria a palavra de ordem no movimento de libertação, tanto que Cabral lembrava aos combatentes que, “a unidade da nossa terra é no sentido de tirar o inimigo a possibilidade de explorar a contradição que pode haver entre nossa gente para enfraquecer a nossa força, que temos de opor à do inimigo” (CABRAL, 1976, p.06).

² Primeiro Congresso do Partido realizada na zona libertada

³ A língua nacional de intercomunicação étnica

Também reafirmava que, “quaisquer que sejam as diferenças que existiam, era preciso ser um só, um conjunto, para realizar um dado objetivo”. Ou seja, a unidade para o partido é encarada no seu sentido dinâmico, não estático. Por outro lado, a unidade defendida está na essência do espírito coletivo, independentemente das diferenças, em qualquer que seja sentido, podem ser conjugados em torno de uma equipe (PAIGC) em prol do desenvolvimento da luta contra um único opressor (CABRAL, 1976). Por outro lado, em meio às circunstâncias de guerra, segundo Lopes (1989), já em 1972, Cabral ouse afirmar, numa alusão às conquistas da luta o seguinte: “Há 10 anos, nós éramos fulas, manjacos, mandigas, balantas, papeis e outros... Somos agora uma nação de guineenses”.

Assim sendo, é notório observar que a luta armada de libertação propiciou condições para o surgimento de nação guineense, uma vez que protagonizou a unidade, por meio de criação de laços de solidariedade e vínculos de interdependências entre os grupos étnicos, contribuindo deste modo para a produção de consciência nacional.

3.1 - QUE NAÇÃO SE DEFINE PÓS-INDEPENDÊNCIA

Com a luta travada contra o regime colonial e conseqüente conquista da independência, fizeram nascer o Estado nacional moderno na Guiné-Bissau e com ela a ideia de uma nação guineense. O PAIGC (Partido-Estado) herdou a administração assim como as fronteiras traçadas pela colonização, que não observavam as peculiaridades das fronteiras étnicas e linguísticas, isto porque, o movimento de libertação tinha nos seus ideais o desejo de construir uma nação. Ora, Lopes (1988) assevera que o limite para a nova nação seria explicado pela continuidade da delimitação territorial definida no período colonial e adotado pelo novo Estado.

De recordar que, muito antes mesmo da dominação colonial e do PAIGC, é possível observar que os grupos étnicos já se organizavam em torno de uma estrutura política, econômica, social e cultural delimitados pelas suas fronteiras simbólicas. Na fase pós independência institui-se uma estrutura política de organização baseada no modelo Estado moderno europeu (AUGEL, 2007), na qual as estruturas políticas tradicionais foram abandonadas. Aliás, conforme Caomique (2022), o relacionamento entre poder oficial (Estatal) e o poder tradicional na Guiné-Bissau caracteriza-se por momento de aproximação, afastamento, perseguição e de reaproximação. O período que se segue de 1964-1974 (início da construção até afirmação do Estado), coincide com a fase da neutralização dos poderes tradicionais, substituindo estes por figuras de Comitês, e posteriormente após afirmação do

Estado entre 1974-1980, caracteriza-se como fase de ajuste de conta aos chefes tradicionais (CAOMIQUE, 2022).

O novo Estado se firmou nos ideais nacionalistas, cujo discurso se colocava por cima dos etnismos, e mesmo em oposição a eles na sua manifestação tribalista. Ou seja, a articulação do Partido-Estado centralizado, se opunha a qualquer obstáculo ao seu projeto de construção da nação, o que significa a legitimação do uso de violência contra personalidades consideradas inimigas a edificação de Estado-nação (FERNANDES, 1993, p.44). Segundo Fernandes, esta violência dirigia-se contra antigos comandos africanos, milícias africanas do antigo exército colonial, e contra os chefes tradicionais. Estas personalidades são acusadas de crime contra nação, foram julgadas e condenadas pelo *Tribunal Popular*⁴. Nestas condições houve muitos assassinatos de chefes tradicionais, como se observa:

na região do norte do país o chefe manjaco Baticã foi julgado e fuzilado em pleno estádio de futebol de canchungo, perante uma assistência popular forçada pelo exército nacional a presenciar a execução. [...] a região de Bafatá foi uma das mais afetadas pelas execuções dos chefes tradicionais na cidade de Bambadinca, foram executados os chefes mais importantes desta região, entre os quais o chefe fula Sembel Koio, e os chefes Mamadu Bonko, Sanha e Sankun Kose (FERNANDES, 1993, p. 44-45).

O discurso nacional elaborado pela Direção intelectual do PAIGC serviu de instrumento para legitimação da violência (ajuste de contas) em nome da defesa dos interesses do Estado-nação, em oposição aos etnismos perturbadores e geradores do tribalismo. Assim sendo, edificou-se um Estado centralizado produzido pela camada social crioula, controlado por uma burocracia política constituída entre as direções intelectuais e militar do PAIGC reforçadas pelos funcionários da antiga administração colonial (FERNANDES, 1993).

Pode-se afirmar que desde a luta de libertação já reinava uma crispação entre a Direção do Partido PAIGC e as autoridades tradicionais, visto que grande maioria dos chefes tradicionais eram encarados como traidores da pátria por se aliaram ao regime colonial durante a guerra. Este distanciamento teve seu efeito prático na construção do Estado pós-independência, que descarta as estruturas étnicas e tradicionais na sua estrutura organizativa. Em nome do discurso nacionalista o Estado reprimia qualquer manifestação do cunho étnico em detrimento da nação.

⁴ O Tribunal Popular foi a instituição jurídica criada pelo PAIGC, encarregada de identificar, julgar, condenar e impor a violência legal aos indivíduos que cometeram crimes contra a nação durante a administração colonial e, sobretudo, no período da luta de libertação nacional.

Pretendia-se modernizar, edificar e fortalecer a organização nacional. O novo estado nacionalista tomou medidas práticas para quebrar “barreiras étnicas” através da desolação da identidade étnica (CARDOSO, 1996). Segundo Cardoso, a pequena burguesia que herdou o aparato estatal do poder colonial não conseguiu incorporar em suas políticas os valores definidores das identidades étnicas. Modelo de vida, as ambições dos membros desse grupo eram voltadas para o ocidente.

Na verdade, a ideia de identidade nacional admitia pouquíssima diversidade interna e praticamente nenhum desacordo era visto como essencial para o sucesso da ideologia oficial do Partido - Estado que surgiu após a independência. O Partido, simplesmente desencorajava a emergência de qualquer discurso de cariz étnico, optando na unidade nacional como um princípio básico da sua organização partidária e da luta pela realização das aspirações do povo à liberdade e progresso social (CARDOSO, 1996).

Não obstante, Carlos Lopes (1998) salienta que, após a conquista da soberania, o PAIGC assumiu a construção de um Estado homogeneizante, distintamente das estruturas tradicionais étnicas para evitar possível etnicização e construir um Estado verdadeiramente nacional. Mas, para o mesmo autor, apesar dos grupos mostrarem a vontade política coletiva de construir uma nação, o Partido não soube fazer congregar políticas de desenvolvimento que contemplassem todas as estruturas sociais e culturais do país. Para Lopes (1998) o Partido não conseguiu definir que caminho seguir para o novo Estado. Ou seja, não houve uma reflexão aprofundada do tipo de Estado que se queria instituir. Que tipo de nação se pretendia?

O problema da definição do modelo é, quase uma característica comum aos novos Estados africanos nascidos nas lutas pela independência. Lopes (1988) ressalva que a semelhança dos seus parceiros africanos, na Guiné-Bissau, o fenômeno nacionalista não tendo sido suficiente para formular um projeto nacional, uma vez que, a comunhão de diferentes grupos, solidariedade nacional conseguida visava se opor a algo existente, o Estado colonial. E que, para uma nova sociedade a nascer após a independência, implica outra dinâmica, uma nova estrutura política, uma renovação ideológica.

A constatação de Lopes, nos leva a entender que a nova estrutura do poder, teria por dever, construir um projeto nacional que permitisse não só, a produção da consciência nacional, mas também cultivar o sentimento de pertença a uma identidade nacional de modo a permitir a integração econômica, política e cultural de todos os grupos étnicos e sociais, levando em consideração que desfez do opressor comum.

Os episódios políticos pós-independência demonstram claramente a natureza de contradições envolvidas no processo de construção nacional, a viabilidade de uma integração

nacional. Foram períodos longos de agitação política, prisões, assassinatos e rumores generalizados de atentados e bem-sucedidos de um lado e fracassos econômicos, planos e projetos fracassados, envolvimento de tráfico da população em geral e fraqueza institucional e de infraestrutura (TRAJANO FILHO, 2016), tudo isso tem contribuído para insuficiência dos ideais do projeto nacional.

Para Artemisa Candé Monteiro (2013, p.42) os anos que se seguiram à independência foram de muitas dificuldades na construção de um Estado verdadeiramente nacional, isto porque, ao nível do controle de aparelho estatal se desdobra uma disputa entre os guineenses e cabo-verdianos, para além disso, as diferenças étnicas Bissau-guineenses voltaram no cenário das narrativas discursivas do Estado-nação, mas já num sentido de representatividade no espaço do poder estatal.

Segundo esta autora, os símbolos decodificadoras de identidade nacional foram substituídos em meio aos símbolos de pertença étnica, sobretudo no campo político, a partir da adesão do país à democracia e ao sistema multipartidário de 1994 (MONTEIRO, 2013, p.259). Na verdade, afirma ela, a contradição ideológica após a independência é característica dos movimentos de libertação de maioria dos países africanos cujos líderes nacionalistas preconizavam a unidade política sustentada via regimes de partidos únicos. Para autora, no contexto guineense, o PAIGC na construção do novo Estado falhou ao ignorar a questão étnica na formulação de políticas estatais no primeiro governo pós-independência, ou seja, o Partido-Estado não deu a devida importância a questão étnica como merecia (MONTEIRO, 2013), pois acreditava na superação das identidades étnicas. Com tanto, o próprio idealizador da luta de libertação, Amílcar Cabral ao projetar a nação guineense, acreditava num povo unido na diversidade (unidade nacional na diversidade étnica), em outras palavras, a diversidade étnica não constitui um problema para a nação, dado que, a própria lógica do Estado-nação teriam condições para superar a diversidades étnicas (CABRAL, 1974).

Teixeira (2020) salienta que “um dos erros de Amílcar Cabral seria o fato de ter tratado o sentimento da pertença à nação étnica como superável pela lógica e dinâmica do Estado-Nação”. A lógica de Estado-nação estaria direcionada a construção do “homem novo”⁵ capaz de adquirir a cultura nacional e a consciência de pertencer a uma comunidade nacional, ligado por um território.

⁵ O “homem novo” pressupõe, nos termos de Cabral, uma consciência política, patriótica capaz de alavancar a cultura nacional, ou seja, o homem novo seria aquele que nasce com a luta do povo, consciência que faz com que se entendam uns com os outros, um sentimento de unidade nacional e de unidade no plano africano.

Christoph Kohl (2011) nos lembra que após a independência a questão da identidade nacional dominava completamente os debates e reflexões dos guineenses de tal modo que o pulsar das etnicidades (as identidades étnicas) foram consideradas de importância subalterna. Deste modo, “tornou-se um tabu normativo falar de ‘tribos’ devido ao medo de fomentar divisões ao longo das linhas do tribalismo” (p.46).

Entretanto, contrariamente a vozes acadêmicos que postulam a falta de um projeto que produza a consciência e solidariedade nacional, isto é, um projeto integrador das diversidades étnicas para afirmação de uma nação guineense, Kohl (2011) defende a hipótese de que a coesão nacional na Guiné-Bissau é bastante forte apesar da heterogeneidade étnica. Segundo ele, as representações específicas da cultura crioula (língua crioulo), associações de *mandjuandadi*⁶ e o carnaval têm contribuído para a crescente integração nacional de diversas culturas, apesar de tentativas políticas de explorar a diversidade.

Para este autor, é importante fazer a distinção entre o Estado e a nação, ao contrário, arriscaríamos continuar tratando uma população ou “nação” cultural e etnicamente homogênea iam constituir seu próprio Estado- um Estado-nação, como acreditava os teóricos europeus. Ainda insiste que a realidade africana oferece condições para negociar esses conceitos, por exemplo: “na Guiné-Conacri, Serra Leoa e na Guiné-Bissau -onde uma forte imaginação da população como nação está acompanhada por uma fraca identificação com o Estado”, ou seja, existe clara separação da nação com o Estado (KOHL, 2011, p.43).

Quando Kohl coloca esta separação da nação com o Estado, ele visa enfatizar que a integração nacional relativa não deve necessariamente resultar numa construção estatal bem-sucedida, pois para ele, o fato que a realidade guineense a cooperação interétnica produz solidariedade bastante forte de modo que a nação é vista como vítima do Estado. Ou seja, existe uma insatisfação dos guineenses com o aparato estatal incompetente, corrupto e anônimo, no qual se sentem que não podem obter o sucesso. Este sentimento de vitimização é coletivo e, segundo o autor, “os guineenses tendem a se colocar como uma comunidade solidária de vítimas” (KOHL, 2011, p.56).

As afirmações de Kohl são coerentes quando refletimos sobre a base da solidariedade entre os guineenses, os vínculos sociais que ligam as etnias fomentado desde a luta de libertação. Mas, a verdade é que o contexto pós-independência, abertura democrática e o multipartidarismo oferecem-nos uma leitura para a revisão do processo fundante do projeto

⁶ associações de *mandjuandadi* são coletividades de pessoas da mesma idade ou mesmo grupo ou da mesma geração que se organizam para confraternização e que tendem a adotar apoio mútuo em ocasião e circunstâncias diversas agindo em circunstâncias necessárias em defesa dos seus valores sociais e culturais.

nacional a “unidade nacional” suportado pelo Estado. Ultimamente, no âmbito político e social, tem se vivenciado o dilema do discurso étnico verso a unidade nacional. Há um medo generalizado na sociedade guineense sobre os efeitos de tais discursos e os contornos que ela possa trazer. Talvez, seja o reflexo do passado da construção ideológica do Estado-nação na diversidade étnica. Disto, Artemisa Candé Monteiro (2013, p.) já questionava:

Cabe perguntar: na época, quem dos distintos grupos étnicos tinha a aguçada sensibilidade política para compreender o que seria uma nação? E ainda, quem se reconhecia nessa identidade estratégica atribuída a uma reivindicação coletiva, o de ser bissau-guineense? Como seria possível uma nação se erguer com todos os seus construtos ideológicos homogeneizantes perante o mosaico cultural e das divergências culturais existentes na Guiné-Bissau?

Ora, são pertinentes os questionamentos para o contexto atual que se vive. Seria interessante recorrer a defesa de Carlos Lopes, quando assegura que o país ficou desorientado sem saber que caminhos tomar para o novo Estado pós-independência, isto é, que modelos seguir? Como pensar um projeto nacional?

Dentro dessa perspectiva, tanto na construção do Estado como na adoção a regime político democrático não houve estímulo a debates suficientes e coerentes sobre as questões vinculadas à diversidade do país, apenas se preocupou em adotar o modelo europeu de representação sem, contudo, atentar para a configuração da sociedade Bissau-guineense (MONTEIRO, 2013; LOPES, 1988).

Houve algum avanço na criação de uma consciência nacional durante a Guerra de Libertação Nacional, o processo pós-colonial de construção da nação na Guiné-Bissau ocorre num ambiente onde não só as bases materiais (mercado nacional, desenvolvimento de infraestruturas de comunicação, etc.) são precárias, mas também um ambiente onde é necessário reconstruir o próprio imaginário e as referências coletivas (CARDOSO, 1996).

4- DIVERSIDADE ÉTNICA E A LUTA PELO PODER NA GUINÉ-BISSAU

A problemática de construção da nação pós-independência, iniciou-se com a própria contradição de interesses de classes, no seio interno do Partido. Aliás, essa contradição, com bem ressalta Carlos Lopes (1987) havia sido verificado desde o período da luta de libertação, em que predominava crises, tensões e desconfianças no seio das elites dirigentes, sobretudo a ala guineense e caboverdiano que resultou na morte de Amílcar Cabral, o então Secretário Geral e líder do PAIGC no dia 20 de janeiro de 1973, pouco antes da proclamação unilateral da independência. Não pretendo aqui abordar com exaustão todo o processo no qual enquadra

tensões e conflitos, mas pretendo sinalizar algumas rupturas verificadas ao longo da construção do projeto nacional.

Segundo Trajano Filho, os primeiros anos de independência foram cheios de otimismo e energia para todos os guineenses, bem como para a sociedade crioula urbana. Apesar disso, o Partido/Estado vivia uma dramática crise de instabilidade ao assumir o aparelho burocrático de Estado. A morte de Cabral antes da independência deixou sequelas, e era comum diversos lances de acerto de contas entre as muitas linhas de clivagem no interior do partido e entre as lideranças rivais. Como podemos observar,

Instalado e reconhecido o primeiro governo, presidido por Luís Cabral, irmão de Amílcar e co-fundador do PAIGC, inicia-se o custoso processo de formação do Estado e de reconstrução institucional. Esse foi um tempo de efervescência que parece ter abafado as tensões e disputas no seio do partido. Teve, porém uma duração breve. Em 1977 conhecemos a primeira tentativa explícita de golpe, encabeçada por uma antiga liderança partidária associada a ex-comandos (militares africanos que combateram ao lado dos portugueses) que então residiam no Senegal. O cabeça do golpe, Malam Sanhá, era um militante de longa data. Aparentemente, ele era influente entre oficiais e soldados das forças armadas bem como entre militantes dissidentes do PAIGC. Essa tentativa foi frustrada, o líder, preso e suicidado na prisão e seus homens fuzilados posteriormente (TRAJANO FILHO, 2016, p.923)

A saga de desconfiança e eliminação política prevalece no Partido, mais dirigentes foram assassinados,

Francisco Mendes, conhecido como Chico Té, Comissário Principal do Estado guineense (uma espécie de primeiro-ministro) morreu em julho de 1978, num acidente de carro misterioso, quando o Presidente do Conselho de Estado, Luís Cabral, se encontrava no exterior. A confiar nos rumores que ainda circulam no país, não se tratou propriamente de um acidente, mas de uma eliminação política. Chico Té parecia estar descontente com as tendências centralizadoras do Presidente Cabral, que retirava as principais atribuições do cargo que ele ocupava. Parece também que havia uma rivalidade latente entre Chico Té e Nino Vieira, que então era o terceiro na hierarquia do Partido-Estado (TRAJANO FILHO, 2016, p.923).

Pode-se enumerar nos anos que se seguiram, uma extensa lista de prisões, assassinatos, circulação de rumores sobre golpes tentados e conseguidos, de um lado, e de fracassos econômicos, planos e projetos frustrados, crises de abastecimento, défices orçamentais permanentes, (acusações de) corrupção, envolvimento da gente graúda com o narcotráfico e debilidade da infraestrutura e das instituições (ver TRAJANO FILHO, 2016) que contribuíram para constante instabilidade política e perda dos ideais do Partido.

Um dos fatos importantes nesse processo a se realçar foi o acontecimento político de 1980. É um processo que marca uma ruptura profunda no projeto da construção de nação. O projeto idealizado pelo movimento nacionalista PAIGC que visava a formação de um Estado

binacional, ou seja, dois Estados governados por um Partido. Esse sonho acabou durando pouco tempo devido a um golpe de Estado perpetrado em 14 de novembro de 1980, que ditou no ano posterior a separação de Cabo-Verde e Guiné-Bissau (LOPES, 1987).

Através do golpe de Estado promovida pela ala guineense dirigente do PAIGC, liderado por Nino Vieira, que depôs Luís Cabral (que era Cabo-verdiano) como Presidente da Guiné-Bissau, marcou a desintegração de Guiné e Cabo-verde, dois países unidos pela luta. Assim, em 20 de janeiro de 1981, aniversário do assassinato de Amílcar Cabral, o Conselho Nacional de Cabo Verde do PAIGC decidiu criar o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), que passou a governar o Estado insular de modo autônomo dois meses depois do golpe em Bissau (TRAJANO FILHO, 2016, p.925).

Para Moita et al (1980) citado por Candé Monteiro (2013, p.225) consideram o acontecimento de 14 de novembro como o “Movimento Reajustador” e não de um golpe palaciano, pois visava, sim, “um reajustamento, por priorizar o combate às injustiças, a resolução da crise econômica e a satisfação das mais prementes necessidades do povo”. A justificativa para tal empreendimento gira entre outras questões no seguinte:

Primeiro, a desconfiança reinante entre elite caboverdiana e elite guineense após a morte de Amílcar Cabral, e uma necessidade da ala guineense tiver um Presidente que seja guineense, pois Luís Cabral é um cabo-verdiano de origem e não devia ocupar o cargo de Presidente da República [...] exacerbação da repressão, do desrespeito pelos direitos humanos; da falta de segurança pública; da ausência de liberdade de imprensa e de expressão; do baixo crescimento econômico e insegurança alimentar; e da perseguição e execução de várias personalidades civis e políticas, etc. [...] desigualdade de condições entre os caboverdianos e os bissau-guineenses que pertenceram ao quadro colonial (funcionalismo ultramarino) no tocante às políticas de reformas e aposentadorias aplicadas pelos dois estados, além de existir no aparelho de Estado de Guiné-Bissau “cerca de 200 funcionários caboverdianos em posto de responsabilidade”, o que não se verificava em Cabo Verde (CANDE MONTEIRO, 2013, p. 226-227)

O 14 de novembro serviu para os dirigentes dos dois países se livrarem do peso do projeto da unidade concebida por Amílcar Cabral que tanto era contestado por duas alas. Para a ala guineense a desintegração significa uma segunda independência como modo de preservar a cultura guineense, do outro lado, a ala caboverdiano, isso soava como traição aos ideais de Amílcar Cabral (CANDÉ MONTEIRO, 2013). Na verdade, depois da descontinuidade do projeto binacional, o “Movimento Reajustador” de 1980, com a mudança do poder, agora assumido pelos guineenses e concentrado nas mãos dos militares, pouco alterou a vida na Guiné-Bissau. A pressão elevada, os défices crescentes do orçamento do Estado, as crises frequentes de abastecimento e a diminuição da ajuda internacional, aumento do contrabando e

economia paralelamente à institucional. O estado da infraestrutura do país permaneceu inalterado em sua decrepitude, problemas em educação e saúde, funcionalismo público que não recebe atendimentos adequados e perspectivas pouco animadoras para o futuro, descreve Trajano Filho (2016, p.926).

Pouco a pouco o Partido caminha no sentido contrário, desviou-se do seu projeto ideológico da unidade. Com a deterioração do Estado, continuava-se operando clima de desconfiança e intrigas, principalmente no seio de classe dirigente, o uso de poder e a sua manutenção trouxeram incitações do cunho étnico que resultou na execução de alguns oficiais balantas, nomeadamente: Paulo Correia, Viriato Pã entre outros, acusados de tentativa de perpetuar o golpe de Estado (ver TRAJANO FILHO, 2016). Aqui como aduz Carlos Lopes (1988, p.56) “a confluência de interesses étnicos que permitiu o nacionalismo moderno e a luta armada desfez-se com a independência política e redobra o vigor da identidade étnica com as suas relações de parentescos, veiculando uma segunda concepção de poder assente na etnicidade”. Tal menção da etnicidade prolifera-se ainda mais com abertura democrática e o multipartidarismo, decretado II Congresso do então partido único – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) – de 1991 e a criação da Comissão Nacional de Eleições em 1993.

Candé Monteiro (2013) sublinha que o surgimento do multipartidarismo na Guiné-Bissau ressuscitou antigas manifestações tribais repreendidas por Cabral durante a luta de libertação. Hoje, as diferenças étnicas, que antes eram consideradas uma riqueza cultural do país, estão sendo usadas para atrair votos para um candidato específico. Este fenômeno tem preocupado muitos fazedores de opinião pública guineense, e a sociedade civil, em geral, dado a sensibilidade que a questão acarreta.

Se antes pensava como dizia Amílcar Cabral: “o que entre nós subsistia de tribalismo foi destruído pela luta armada que conduzimos” (CABRAL, 1974, p.70-71), agora é oportuno dizer que este problema nunca foi resolvido, estava simplesmente silenciado, por mecanismos de repressão de toda e qualquer manifestação que tinha viés étnico. O Estado pós-independência liderado pelo movimento libertador PAIGC assumindo na forma Partido/Estado o aparelho administrativo estatal, impunha suas ideais da unidade à todas as forças objetivamente interessadas na consolidação da independência nacional. Neste aspecto, o debate sobre as questões identitárias (étnicas) era relegado para o plano subalterno.

Atualmente a questão da identidade étnica e nacional encontra-se no centro dos debates públicos e sociais. Na sua observação, Cardoso (1996) entende que este fenômeno só se verifica agora, provavelmente, por várias questões, uma delas tem certamente a ver com o problema de

acesso e controle do poder político, uma vez que tal acesso, na realidade africana, muitas vezes, significa as formas mais fáceis de acesso e de controle dos recursos econômicos.

Na Guiné-Bissau, a abertura democrática fez emergir a política étnica no Estado. O jogo político de acesso ao poder tem demonstrado uma tendência do uso e manipulação das identidades para chegar à máquina burocrática. Kohl (2011, p.52) argumenta que, os políticos na Guiné-Bissau (como aqueles em outros lugares) tentam explorar seus laços étnicos em jogos de poder, buscando assim garantir seu próprio acesso e o das suas respectivas redes ao poder e recursos enquanto eliminam políticos e partidos rivais.

Segundo Brubaker (2004, *apud* Kohl 2011) os empreendedores etnopolíticos tentam reificar e explorar identidades étnicas enquanto empoderam suas redes. Suas tentativas resultaram na ficção política de uma unidade étnica. Exemplo, no caso guineense do ex-presidente Kumba Yalá que tem sido frequentemente acusado de manipular e explorar laços étnicos de modo a angariar votos e apoio. Ainda para este autor, pode-se observar outra estratégia de mobilização que consiste em campanhas negativas.

Durante o processo das eleições presidenciais de 2005, por exemplo, de acordo com meus informantes, João Bernardo “Nino” Vieira tentou inflamar os medos de que seu candidato rival, o muçulmano Malam Bacai Sanhá, chegasse ao poder, alertando as pessoas para resistirem à iminente islamização da Guiné-Bissau. De fato, Vieira foi capaz de obter visível maioria dos votos em áreas caracterizadas por populações não muçulmanas, tais como Biombo (frequentemente considerada o bastião de Vieira) e Bolama (VAZ; ROTZOLL, 2005, KOHL, 2011).

A estratégia e motivação para captação de votos consiste também na difamação e calúnia dos candidatos a identificar claramente um inimigo que possa servir de ameaça a conquista da unidade nacional. Ou seja, é visível a disputa de narrativa de quem ou partido capaz de assegurar a unidade, a paz e o progresso/desenvolvimento.

O autor Carlos Cardoso considera que, num contexto como da Guiné-Bissau, onde a mestiçagem étnica atingiu um nível considerável é um pouco difícil admitir que existe votos étnicos, embora continua haver regiões de predominância de uma determinada etnia. Porém, o autor não descarta a possibilidade de existir tal voto por afinidades étnicas. Pois, na primeira volta da primeira eleição presidencial, é possível constatar seguinte tendência:

O candidato Kumba Yala (da etnia Balanta) ter sido votado massivamente na região norte, nomeadamente em Bissorã (71,06%), onde 77% da população é Balanta, Bigene/Bula (51,39%), onde 58% da população é Balanta e Mansoa/ Nhacra (44,35%), onde cerca de 74% da população declara ser Balanta, e no Sul, nomeadamente Fulacunda/Tite (44,74%), onde 61% é Balanta e Catió (40,93%), onde 65% é da etnia Balanta, enquanto que Nino Vieira (da etnia Pepel) mobiliza maior percentagem de votos no Norte, nomeadamente em Quinhamel (79,07), setor onde

predomina a etnia pepel (87%), o fato de François Mendy ter feito o seu melhor score em Caió/Canchungo (28,19%), onde predominam os Manjacos (93%), dão-nos razões de sobra para falar do voto étnico (CARDOSO, 1996, p.104-105).

Mas, mesmo com isso, não se pode absolutizar, pois existem evidências que não sugerem esta tendência, por exemplo, o caso de Domingos Fernandes, um Mancanha, consegue um dos seus maiores votos na região onde predominam etnia fula. “O mesmo candidato Domingos Fernandes e Víctor Saúde Maria, ambos pertencentes à etnia Mancanha, sofreram derrota retumbante em Bolama/ilha dos Bijagós, onde existe certo peso dos Mancanhas, principalmente em Bolama” (22%) (CARDOSO, 1996, p.165).

É importante enaltecer que desde as primeiras eleições em 1994, o comportamento eleitoral tem nos proporcionado leitura sobre o voto por afinidades étnicas, dado que tanto nas presidenciais ou legislativas, os candidatos/ partidos tendem a conseguir maior números de votos nas regiões de predominância do grupo étnico ou religioso que os candidatos ou partidos políticos na qual se identificam. Mas, como já afirma Cardoso, não se pode absolutizar.

Portanto, uma recente história das eleições guineenses, prova, para muitos efeitos, uma dimensão grotesca do aproveitamento das diferenças étnicas e religiosas no país. Para muitos fazedores da opinião pública, as eleições de 2018 (legislativa) e 2019 (presidenciais), constitui num dos pleitos, em que ferozmente a etnicidade e a religião foram adotadas como arma de combate ao adversário político. Domingas da Silva (2020) ao analisar as eleições de 2019, considera que, uma das práticas observáveis, é a do *tribalismo*. Ela constata que o discurso étnico e religioso viralizou e causou um incêndio, ódio, violência, e a divisão na sociedade guineense, nas redes sociais, assim como nas comunidades, nos bairros de Bissau e como também na diáspora.

Para Silva, a prática do tribalismo não é recente na história guineense, e nem decorre somente no período eleitoral (eleições dos representantes do povo no Estado), ela faz parte do construto social da relação quotidiana entre os guineenses, apesar de ser tabu. Existe uma percepção do sentimento de pertença étnica muito desenvolvida que traduza muitas vezes em apoios e solidariedade aos candidatos políticos por afinidades étnicas e religiosa. Além disso, o tribalismo também consubstancia a prática de discriminação e divisão dos grupos, entre nós e eles, não só em termos da divisão étnica, mas também, entre praça/campo, moderno/tradicional, letrado/não letrado, muçulmano/cristão etc.;

A eleição de 2019, o discurso tribal foi notoriamente visível, sendo muito difundido na campanha eleitoral, sobretudo no segundo turno da mesma, que coloca frente a frente o candidato Domingos Simões Pereira (DSP) e Umaro Sissoko Embaló (USE). Nestas eleições

pode-se constatar discursos de “lado/lado”, entre denunciais e acusações de grupos étnicos culpados para a deterioração do país, grupos que nunca vão chegar o poder, discurso de que temos que olhar para nós (grupo étnico), etc.

Embora, questões étnicas na Guiné-Bissau é um assunto muito delicado, mas é uma realidade concreta do dia-a-dia, e, é extremamente urgente uma reflexão sobre o assunto dado ao quadro galopante da instrumentalização política dessa categoria social como estratégias para a conquista do poder. As eleições guineenses demonstram claramente o nível da polarização social que este fenômeno tem trazido, e torna-se ainda mais preocupante pelo seu incursão para dimensão religiosa. Apesar, de existir tolerância, convivência pacífica entre comunidades étnicas, das suas resistências a manipulação política, o problema não deve ser evitado, precisa ser debatida seriamente.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste esboço teórico sobre a construção da nação na Guiné-Bissau, constatamos a complexidade que gira em torno desse processo. A formação da nação no contexto africano distingue-se daquela concepção da nação como entidade homogênea, ou uma organização social homogênea, partilhando o mesmo espaço geográfico, unidos pela língua, partilhando o mesmo destino. As nações africanas oferecem outras interpretações sobre o conceito do Estado-nação.

O Estado-nação na África, especialmente, na Guiné-Bissau deve ser analisado a partir da sua conjuntura política, social e étnico-cultural, pois são essas características que fazem da nação guineense uma nação plural baseada nas suas diversidades. Contudo, muitas teorias tendem a colocar essas diversidades como um problema para afirmação da nação na África conseqüentemente na Guiné-Bissau. Mas, gostaríamos de concordar com Carlos Cardoso, quando coloca que questões de identidades e etnicidades não representa um retrocesso, mas sim, um avanço no processo de construção da nação e da unidade nacional. E não podia ser doutro modo, pois imaginamos mal a construção desta unidade sem um processo que passe pela discussão das grandes questões que se lhe colocam. A problemática da construção do Estado-nação na Guiné-Bissau, não está em si, na diversidade dos grupos étnicos, pelo contrário, está diversidade é uma riqueza cultural da nação. O problema está na falta de discussões e debates em volta do tema de identidades, de como criar condições que permitissem a integração de todas as franjas sociais do país dentro num sistema de representação, de modo a não permitir a instrumentalização das diferenças oportunismo político.

Como vimos, depois da conquista da independência, a continuação do processo de construção da nação sofreu rupturas consideráveis, e a sua prática foi relegado ao plano de discursos. A verdadeira integração nacional real só pode ser alcançada quando todas as classes sociais e grupos étnicos participam de empreendimentos econômicos e sociais. A falta de um projeto político viável do Estado na fase pós-independência, a fragilidade das instituições, somado aos problemas econômicos e sociais, tem propiciado condições para o surgimento da instrumentalização das diversidades étnicas, sobretudo pelo viés político de acesso ao poder. Contudo, os grupos étnicos têm demonstrado uma convivência pacífica e a vontade de viver juntos, então, é urgente encontrar mecanismos que diminuam as práticas de divisão.

REFERÊNCIAS

- AMONA, Dingana Paulo Faia. Narrativas sobre a Guiné-Bissau/i: identidade nacional e diversidade étnica na Guiné-Bissau. 2020.
- ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombro**: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BAUER, Otto. “A Nação”. In: **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. (Org.: Gopal Balaskrishnan).
- CABRAL, Amílcar. **Guiné-Bissau**: Nação africana forjada na luta. Lisboa: Nova Aurora, 1974.
- CABRAL, Amílcar. Unidade e luta. **(No Title)**, 1976.
- CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: Da luta armada à construção do Estado-Nacional e diversidade Étnica (1959-1994)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2013.
- CAOMIQUE, Policarpo Gomes. Estado e poder tradicional na Guiné-Bissau: uma análise da (re) inserção dos líderes tradicionais de Caió no cenário político e administrativo (1991-2020). 2022.
- CARDOSO, Carlos. Estado e Nação: para uma releitura da construção nacional na Guiné-Bissau. **COLÓQUIO INTERNACIONAL CIDADE DA PRAIA**, p. 87-102, 1996.
- FERNANDES, Raul Mendes. Partido único e poderes tradicionais. **Soronda: Revista de Estudos Guineenses**, n.16, p. 39- 50, 1993.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 10^a. Ed. **Rio de Janeiro: DP&A**, 2005.

- HANDEM, Diana Lima. A luta de libertação e formação da nação guineense. In: COLÓQUIO A construção da nação em África, 1., 1989, Bissau. **A construção da nação em África**. Bissau: INEP, 1989, p. 267-280.
- HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde de 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- JAO, Mamadú. A questão da etnicidade e a origem étnica dos Mancanhas. **Soronda Revista de estudos Guineenses**, Bissau n. 20 Jul. de 1995, INEP, 1995.
- KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?**: entrevista com René Holenstein. Tradução: Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro. Pallas, 2006.
- KOHL, Christoph. Construindo a nação na África pós-colonial: o exemplo de Guiné-Bissau. **World Tensions/Tensões Mundiais**, v. 7, n. 13, 2011.
- Lopes, CARLOS (1988), Por uma leitura Sociológica de Guiné-Bissau, Lisboa-Bissau, Edições E.S nº2.
- LOPES, Carlos. O Kaabu e os seus vizinhos: uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos. **Afro-Ásia**, n. 32, p. 9-28, 2005.
- MAUSS, Marcel. *Sociedad y ciencias sociales*. Barcelona: Barral Editores, 1972.
- MONTE, Dabana na. **A Luta pela Independência na Guiné-Bissau e os Caminhos do Projeto Educativo do PAIGC**: etnicidades como problema na construção de uma identidade nacional. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Unesp. Araraquara, 2014.
- nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- PÉLISSIER, René. Naissance de la Guinée. **Pélissier, Orgeval, França**, 1989.
- RIBEIRO, Carlos. Articulação histórica dos povos da Senegâmbia pré-colonial: os crioulos como embrião da Nação guineense. In: COLÓQUIO A construção da nação em África, 1., 1989, Bissau. **A construção da nação em África**. Bissau: INEP, 1989, p. 219-241.
- SANTY, Boaventura Rodrigues Vaz Horta; VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. Políticas de adaptação às Mudanças Climáticas na Guiné-Bissau: Os antecedentes Históricos para Entender os Desafios Sociais Cumulativos. **Revista Afro-Ásia**, 55 (2017), 35-69.
- SILVA, António E. Duarte. Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 9/10, p. 142-167, 2006.
- SILVA, Domingas da. O tabu e o visível: tribalismo e política na eleição de 2019-2020 em Guiné-Bissau. 2022.
- SOUSA, Ana Carolina Melos de. A formação do Estado Nacional em África e a retórica da etnicidade: uma releitura da Guerra Civil Angolana. 2020.

TÉ, Didier. Nação e desenvolvimento na Guiné-Bissau: as contribuições do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa e da Soronda: revista de estudos guineenses. 2020.

TEIXEIRA, Tamilton Gomes. **Análise histórica e social do conflito e da instabilidade política na Guiné Bissau e suas configurações (1980-2019)**. 2021. Dissertação de Mestrado.

TRAJANO FILHO, Wilson. A construção da nação e o fim dos projetos crioulos: os casos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau. **CRUZ E SILVA, T.; ARAÚJO, MG; CARDOSO, C.(Org.).‘Lusofonia’em África: História, Democracia e Integração Africana. Dakar: CODESRIA, 2005.**

TRAJANO FILHO, Wilson. O projeto nacional na Guiné-Bissau: uma avaliação. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 42, n. 3, p. 913-943, 2016.

WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.